

M U P

MOVIMENTO POR UMA
UNIVERSIDADE
POPULAR

Jornal do Movimento por uma Universidade Popular - ANO V - N IV



Universidade^{p5} **A crise da universidade brasileira**

e ainda...

Editorial^{p2} **Você sabe o que é o MUP?**

Local^{p3} **Seminário de Educação e Universidade Popular**

Nacional^{p4} **Rumo ao 1º Seminário Nacional sobre Universidade Popular!**

blogmup.wordpress.com - universidadepopular.mup@gmail.com

Você sabe o que é o MUP?

O Movimento por uma Universidade Popular (MUP) foi criado em 2006 na UFSC. Ele surgiu da necessidade do movimento estudantil de discutir uma estratégia para a ação, na direção de uma universidade transformadora, criadora de indivíduos críticos a essa sociedade capitalista. Aos poucos, fomos percebendo que era um movimento que deveria ir para além do movimento estudantil, buscando envolver professores, técnicos e movimentos populares. O MUP surge com enorme desafio de compreender a situação histórica de nosso povo, e o papel que a universidade pode ter potencializar para a transformação social a favor da emancipação humana.

Compreendemos que a Universidade deve ser um pólo de fermentação cultural e científica, onde se discuta e problematize as necessidades mais prementes de nosso povo. Para tanto, desde 2006, já realizamos várias discussões, mini-cursos sobre o funcionamento dessa sociedade e o processo de consciência, colaboramos nas jornadas pela Educação Pública, lutas contra a privatização, na ocupação da reitoria e organizamos durante anos, em conjunto com outros movimentos do campo e da cidade, o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) em Santa Catarina.

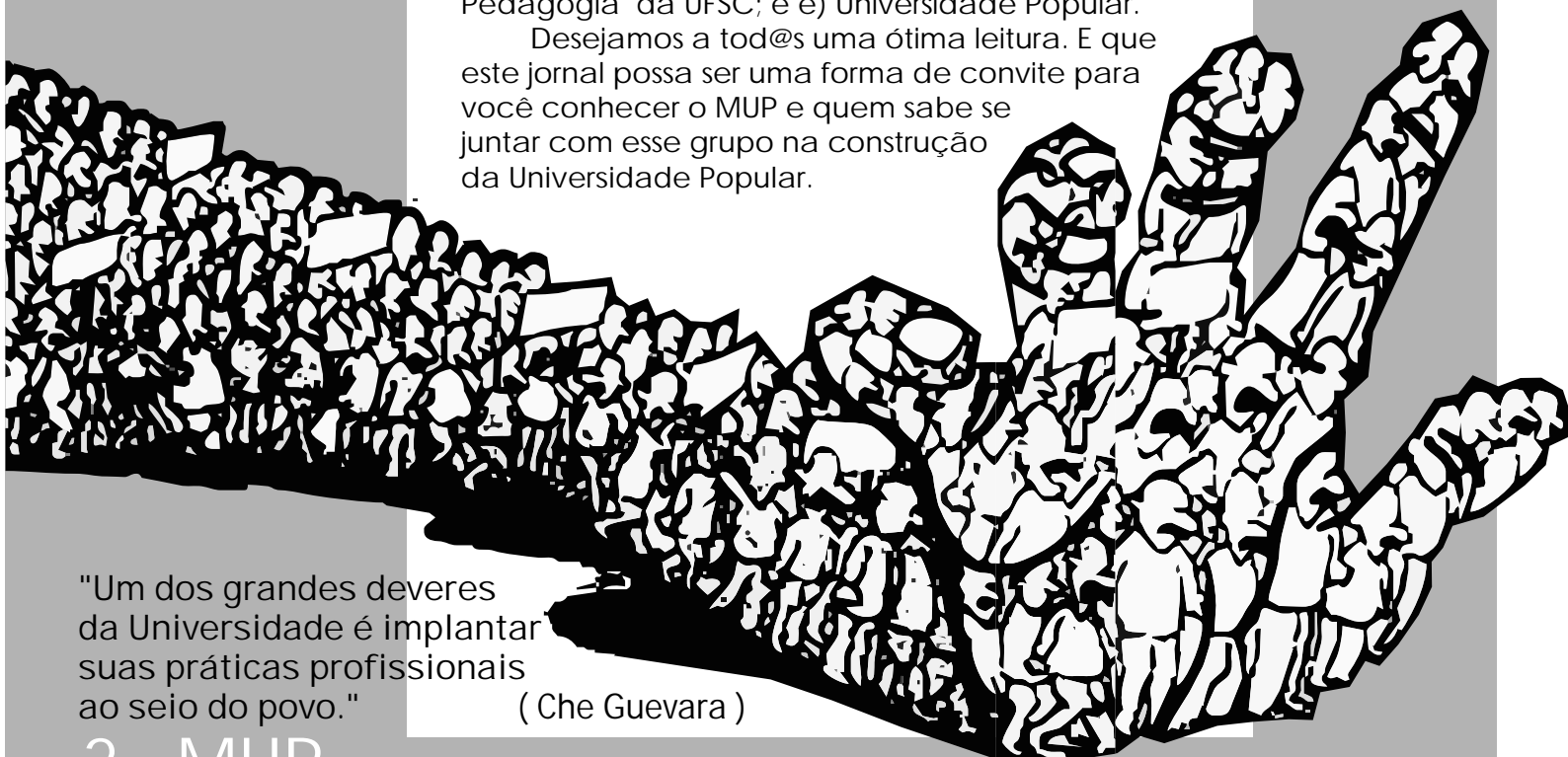
Neste Jornal você vai encontrar:

a) Seminário de Educação e Universidade Popular que acontecerá nos dias 26 e 27 de maio no Centro de Educação (CED) da UFSC; b) O I Seminário Nacional de Universidade Popular, que o MUP constrói junto com outros grupos, organizações e federações estudantis, e que acontecerá em Porto Alegre no segundo semestre deste ano; c) Universidade Brasileira e sua realidade; d) A situação do curso de Pedagogia da UFSC; e e) Universidade Popular.

Desejamos a tod@s uma ótima leitura. E que este jornal possa ser uma forma de convite para você conhecer o MUP e quem sabe se juntar com esse grupo na construção da Universidade Popular.

"Um dos grandes deveres da Universidade é implantar suas práticas profissionais ao seio do povo."

(Che Guevara)



Seminário de Educação e Universidade Popular

“Não é no silêncio que os homens se fazem mas nas palavras, no trabalho, na ação-reflexão”
(PAULO FREIRE)

O Movimento por uma Universidade Popular (MUP) estará organizando o Seminário de Educação e Universidade Popular (SEUP), que ocorrerá nos dias 26 e 27 de maio no Centro de Educação (CED) na UFSC. Este seminário tem como pretensão debater a educação popular e conhecer projetos existentes e consolidados na UFSC que são contra-hegemônicos a essa universidade arcaica e conservadora. Por isso, convidamos, a participar da mesa, grupos como o Programa de Educação Tutorial de Educação Física (PET- EF) e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), ambos os grupos fazem trabalhos muito interessantes relacionados a pesquisa, ensino e extensão, a serviço de uma formação crítica e criadora. Além disso, contamos com a participação da Prof^a Maristela Fantin, uma estudiosa no assunto referente à educação popular.

Este evento está sendo aberto a toda comunidade, e espera ser mais do que um mero evento: pretendemos a partir do acúmulo do seminário rediscutir o papel da Universidade e

Contamos com a sua presença para contribuir nesse projeto histórico de Educação e Universidade Popular!

Organização:

MUP
MOVIMENTO POR UMA
UNIVERSIDADE
POPULAR

Apoio:



Seminário:

Educação e
Universidade Popular



PROGRAMAÇÃO

Dia 26 de Maio:
Concepção e luta
pela educação popular
na Universidade

Prof. Maristela Fantin
PRONERA (Programa Nacional
de Educação e Reforma Agrária)
PET - Educação Física

Dia 27 de Maio:
Perspectivas

Debate livre sobre projetos de
educação popular e organização
do MUP

E às 22 horas, na sede do
CA de Ed. Física:
Sarau do MUP!

Traga sua música e poesia!



Dias 26 e 27
às 18 horas
no Auditório do CED

que projetos queremos construir. Isso a partir de uma reorganização do Movimento por uma Universidade Popular, que se encontra num momento muito especial de buscar alavancar novamente esta luta. Sabemos que há muitos projetos e pessoas em nossa

dos outros. Este seminário, e ou outros que virão, tem também por objetivo construir um pólo crítico, que vise atuar de maneira conjunta na resistência ao processo atual de precarização e privatização da educação, bem como estimular a necessária disputa por

estimular a necessária disputa por outro modelo de universidade

instituição que se recusam a curvar-se diante do projeto hegemônico que visa transformar a educação em um artigo de mercado. No entanto, muitas vezes, estes projetos ainda estão isolados uns

outro modelo de universidade, mais próximo das demandas do povo brasileiro e que contribua para a construção de uma nova sociedade.

Rumo ao 1º Seminário Nacional sobre Universidade Popular!

O debate sobre Universidade Popular ainda é pouco trabalhado pelo movimento universitário, que vem sendo absorvido por disputas que nem sempre acumulam para um horizonte de transformação. Para que possamos construir um projeto estratégico para a transformação da universidade, estamos convocando organizações, coletivos, partidos, movimentos e indivíduos a se somarem na construção do I Seminário Nacional sobre Universidade Popular (SENUP) que ocorrerá nos dias 2, 3 e 4 de Setembro de 2011, na cidade de Porto Alegre. Essa será uma grande oportunidade para potencializarmos e qualificarmos nossa atuação como força progressista na disputa por uma universidade democrática, pública, crítica, criadora e popular.

Embora a luta por uma Universidade Popular permeie a história do movimento universitário e popular, sua concepção vem amadurecendo com o tempo. Nos últimos anos, a questão da formulação de um programa estratégico para a Universidade Brasileira não tem estado no primeiro plano das intervenções da esquerda no âmbito educacional, razão pela qual esse debate tem se restringido a pequenos grupos, sem ainda uma identidade e uma articulação nacional.

A partir da Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba que ocorreu em Junho de 2010 na cidade de Porto Alegre, vários destes grupos debateram a necessidade de construir um Seminário Nacional, a fim de afinar as concepções existentes. Essa articulação resultou na primeira reunião de organização do SENUP, que ocorreu na cidade de Florianópolis em Dezembro de 2010. Após uma análise sobre a universidade hoje, discutimos os objetivos do seminário em si, que são eles:

Seminário de massas;

Articular politicamente as entidades, movimentos e organizações políticas que vem debatendo universidade popular;

Articular professores, técnico-administrativos, estudantes, movimentos sociais e trabalhadores na luta pela universidade popular;

Socializar experiências que contribuam para a luta por uma Universidade Popular;

Sistematizar referenciais teóricos para a elaboração de um programa de Universidade Popular e seus meios de implementação.



Reunião Preparatória do SENUP 2011: Porto Alegre, 19 e 20 de Março de 2011



Reunião Preparatória do SENUP 2011: Florianópolis, 4 e 5 de Dezembro de 2010



Para que o seminário seja produtivo na elaboração política e teórica, sugerimos 5 eixos para serem trabalhados em contribuições escritas:

Eixo Geral: *Universidade Popular* (princípios, concepção, histórico, terminologia)

Eixos Específicos:

Ciência e Tecnologia

Formação

Autonomia e democracia

Universidade e Sociedade

Fizemos ainda uma segunda reunião, em Porto Alegre, nos dias 19 e 20 de Março de 2011. Em torno de quarenta pessoas – entre elas representantes de mais de 20 entidades, das quais 5 executivas e federações de curso, além de organizações políticas e movimentos – estiveram presentes na reunião. Muitos ainda justificaram ausência. A discussão girou em torno deste caderno de preparação do Seminário, análise de conjuntura da universidade brasileira, perspectivas para a construção do Seminário, repasse das tarefas e articulações feitas, bem como visualização de uma primeira proposta de programação para o encontro. Trabalhando sempre com o consenso, os presentes firmaram as linhas gerais de concepção do Seminário, em uma visão comum da necessidade de articular dialeticamente as discussões e lutas imediatas à construção de um programa estratégico para a universidade brasileira. Entende-se que a construção da estratégia da Universidade Popular está articulada com a construção do movimento que luta por ela a partir de um programa mínimo tático coerente (o êxito desta compreensão é demonstrado pela história) e que, por sua vez, possa contribuir para a reorganização do movimento universitário como um todo.

Convidamos as organizações, entidades, indivíduos a se somarem na construção deste Seminário, seja participando dele em si, das reuniões preparatórias ou em contribuições escritas.

Participe da próxima reunião de organização do SENUP: SP, dia 22 de Junho

Blog do SENUP: senup2011.blogspot.com

Contato: senup2011@gmail.com

A CRISE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A contra-reforma universitária anda a passos largos

Diante da atual situação de nossa universidade e da pouca informação que tem chegado ao conjunto da comunidade universitária (ora por omissão, ora por mascaramento da realidade, ora por passividade deliberada e consentida) é dever de todos aqueles comprometidos com a educação pública se levantar. Não é possível que esses últimos anos de aprofundamento da cooptação, do clientelismo, do conservadorismo, tenham levados os mais íntimos desejos de um povo à pó! Historicamente, a intelectualidade residente nas universidades públicas brasileiras tem sido parte importante de uma voz intransigente de defesa do patrimônio brasileiro! Não podemos nos calar! É momento de, como dizia Florestan Fernandes, reivindicar novamente o “radicalismo intelectual” e colocá-lo a serviço das forças populares, capazes de resistir às práticas anti-populares e anti-nacionais colocadas na esteira de nosso momento histórico.

O “problema da universidade” assume uma “crise profunda” na atual conjuntura. Durante os duros anos da ditadura civil-militar vimos a implementação de uma “reforma consentida” na

universidade brasileira, onde a burguesia, apoiada e orientada pelo imperialismo, conseguiu assumir o controle político da sonhada reforma universitária reivindicada no conjunto das reformas de base. Naquela ocasião, a “crise da universidade”, visto que envolvia todo o conjunto da sociedade, e não só da comunidade universitária, de modo a transformar-se em uma “crise do controle conservador” que foi equacionado com um golpe militar. Hoje vemos uma situação de aprofundamento da privatização da universidade e de todo o sistema de ensino que evidencia uma situação de “crise da universidade”, mas que não se confunde com uma “crise do controle conservador” como naquela época: não só a classe dominante está unida em seus interesses, como os trabalhadores e estudantes se encontram em uma completa desorganização e fragmentados em seus interesses coletivos, motivo pelo qual podemos falar de uma “contra-reforma preventiva”, que caminha no sentido contrário à democratização e elevação da qualidade do ensino superior, bem como corta ainda mais suas ligações com as necessidades das massas populares e dos trabalhadores.

O imperialismo e a educação

A universidade está em uma constante disputa de interesses antagônicos. A necessidade auto-expansiva do capital não vê limites para suas ambições e já há mais de duas décadas iniciou uma feroz ofensiva sobre as áreas consideradas como deveres do Estado, com ênfase à saúde e à educação. Tal processo foi iniciado a partir de fora e direciona internamente todo o processo de mudanças institucionais e organizacionais que atingem tanto o campo das relações de produção e de trabalho, quanto de toda a produção científica e tecnológica necessária para a expansão do capital.

A ingerência externa tem momentos marcantes nas últimas décadas, como o “Consenso de Washington”, formulado por vários economistas das principais instituições financeiras do mundo, como FMI, Banco Mundial (BM), BID, que visa estabelecer normas para serem seguidas pelos países “em desenvolvimento”, em especial, na América Latina e no Caribe. Medidas como a liberalização financeira e do comércio exterior, desregulamentação das leis trabalhistas, privatização dos recursos naturais e das empresas estatais foram algumas das recomendações. Poucos anos depois, essas recomendações passaram a ser adaptadas ao conjunto das instituições educacionais, o que está expresso em vários documentos assinados pelas instituições que firmaram o “Consenso de Washington”. Paralelo à publicação destes documentos, temos a inserção do tema da educação e da saúde em diversas rodadas de negociações comerciais, nas quais esses direitos são vistos como meros serviços a serem comprados e vendidos. Houve também, mais tarde, a



“Declaração de Bolonha”, na qual 29 países europeus se comprometeriam com a reforma do sistema educacional de seus países, visando “aumentar a competitividade” (essa declaração foi importada pelo Brasil na forma do REUNI que recomenda cursos rápidos e baratos). Temos então, todo o terreno preparado pelo imperialismo para desnacionalizar o que restava da educação nos países dependentes e subdesenvolvidos e transformá-la em um negócio rentável.

A contra-reforma universitária no Brasil

Para Florestan Fernandes “reforma universitária é indissociável da destruição da monopolização do poder pelos estratos conservadores das classes altas e médias. Por isso, quando [os jovens, professores, educadores e intelectuais radicais] falam ou lutam pela reforma universitária não querem apenas ‘reorganizar’ formalmente o ensino superior. Visam construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos” (FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 60). Por isso, quando temos um conjunto de projetos que enfatizam interesses particularistas, mantendo o *status quo*, aprofundam a privatização e a precarização do trabalho, não podemos falar de uma “reforma”, mas sim de medidas integrantes de uma “contra-reforma”, ou seja, contrária a ela: não visa solucionar a

“crise da universidade”, mas apenas dar-lhe sobrevida, o que prepara explosões ainda mais profundas e inconciliáveis no futuro.

Isto é particularmente emblemático nos últimos anos. Foram vários os projetos, como a decreto das Fundações

Estes projetos vêm resultando na reestruturação político-pedagógica de currículos dos cursos de graduação, subordinando as iniciativas da universidade às necessidades do mercado

(1994), o SINAES (2004), a Lei de Inovação Tecnológica (2004), o PROUNI (2005), a Universidade Aberta do Brasil (2006), o REUNI (2007), “novo” ENEM (2009), todos eles objetos de análises de

diversas organizações políticas e entidades, com destaque para a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES. Estes projetos vêm

resultando na reestruturação político-pedagógica de currículos dos cursos de graduação, subordinando as iniciativas da universidade às necessidades do mercado;



na entrega da estrutura física e de recursos humanos públicos para a produção de ciência e tecnologia de acordo com as necessidades da iniciativa privada; uso do dinheiro público para salvar empreendimentos universitários privados; na diminuição dos recursos públicos relativos à quantidade de vagas abertas nas universidades públicas; ranqueamento das instituições de ensino superior segundo critérios de “produtividade”, aprofundando as desigualdades regionais; incremento nas matrículas das instituições privadas; aumento indiscriminado das vagas na educação à distância, que fazem estatísticas, mas não representam qualidade nem novos investimentos, entre outros.

Mais recentemente, ocorreu a aprovação de mais um conjunto de projetos: no final do Governo Lula, o “Pacote da Autonomia” (19/07/10, composto pelos decretos nº 7.232, 7.233, 7.234, e pela MP 495 que virou lei em

15/12/2010), a MP 520 e o Decreto 7423 (ambos de 31 de Dezembro de 2010), além do Governo Dilma Rousseff que inicia com a aprovação do MP 525, somado a um corte de 3,1 bilhões no orçamento da educação e 1,7 bilhões no orçamento destinado à Ciência e Tecnologia, bem como com o cancelamento dos concursos públicos. Vejamos o que cada um dos projetos aprovados propõe.



ENQUANTO ISSO...
NA SAÚDE PÚBLICA...



MP 520 – A privatização dos Hospitais Universitários

A MP 520 cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), uma adaptação do Projeto de Lei Complementar 92/07 que criaria as Fundações Estatais de Direito Privado. Esta adaptação, no entanto, já entra com caráter executivo e aplicado diretamente à área da saúde na forma de Empresa Pública de Direito Privado.

Já em 2006, o Tribunal de Contas da União (TCU) havia declarado a situação de ilegalidade de 26 mil trabalhadores nos HU's de todo país, determinando um prazo para a regularização da situação mediante concurso público. Vencido o prazo, o governo lança a MP 520. O efeito prático significa a manutenção das terceirizações nos HU's. Além disso, “a ABSERH sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas”, incluindo o regime de trabalho do pessoal permanente que será o da Consolidação das Leis do Trabalho, que pretende institucionalizar inconstitucionalmente o processo de precarização e flexibilização vivido pelo serviço público. A ABSERH utilizará os bens e imóveis das instituições federais, bem como o quadro de “servidores titulares de cargo efetivo em exercício na instituição”, ficando o quadro público ainda mais defasado. No aspecto financeiro, além dos recursos da União, mantém imprecisos “recursos provenientes de outras fontes”, bem como receitas decorrentes “da prestação de serviços”, abrindo um sério precedente para a cobrança dos serviços prestados pelos HU's.

Em relação à inconstitucionalidade das medidas, a Assessoria Jurídica do ANDES-SN, identificou vários aspectos,

sendo alguns deles formais: a) a criação de Empresa Pública exige lei específica, aspecto não cumprido por uma medida provisória; b) abuso de poder; c) inobservância do “caso de relevância e urgência” para legislar mediante medida provisória; e outros que são materiais: a) fere a autonomia universitária, pois uma terceira pessoa jurídica (a EBSERH) passa a deter a



competência de contratar em regime celetista; b) violação do princípio da moralidade, pois desrespeitou os acordos públicos que determinavam a regularização da situação dos HU's mediante realização de concursos públicos, além da inexistência de necessidade transitória que justifiquem a realização de contratações temporárias, que seriam permitidas somente no caso de “excepcional interesse público”; c) incompatibilidade do regime CLT com o “regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas”.

Serão recursos públicos destinados para o setor privado.

A consolidação da MP 520 é muito grave, pois não só submete a administração dos HU's a uma instituição de direito privado, como abre o precedente para a gestão privada ser estendida para todas as esferas da administração pública. Serão recursos públicos destinados para o setor privado.

Os HU's, através da EBSERH, perderão rapidamente seu caráter de hospital-escola, já que a mudança de todo o regime de trabalho e a “produtividade” e flexibilização exigidas pela CLT são incompatíveis com o processo de ensino-aprendizagem demandadas por uma instituição federal de ensino superior, em especial por um Hospital Universitário.

O "Pacote da Autonomia" (Pacote da Privatização)

Esse "pacote", utilizando-se do preceito constitucional de que as universidades gozam de "autonomia de gestão financeira", causa confusões propositais. Na verdade, ele dota as universidades públicas de "autonomia financeira", o que significa que as universidades poderão buscar recursos na iniciativa privada, inclusive através da cobrança de taxas e mensalidades. Mas não pára por aí. Os recursos públicos da União serão destinados às universidades de acordo com a "produtividade", segundo critérios de "produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente" e "número de registro e comercialização de patentes". Ou seja, a universidade que mais conseguir privatizar a sua produção científica, que mais vender suas pesquisas, seu conhecimento, que mais promover transferência de tecnologia para a iniciativa privada, mais receberá recursos públicos para injetar nessa mesma iniciativa privada! É uma inversão! A universidade passa assim a funcionar segundo os critérios de acumulação e inovação impostos pelo capital na área de ciência e tecnologia, em

resumo, ela se transforma em um balcão de negócios. A fratura social terá sua fissura aprofundada na educação e as universidades de menos "prestígio" terão seus orçamentos públicos progressivamente reduzidos por não estarem dentro do "padrão de qualidade" instaurado também pelo SINAES, transformando-se em meros "centros de ensino", "escolões", como muitos tem chamado. Acompanhada da ofensiva ideológica, os reitores das universidades pretendem entrar nessa "corrida" que já inicia em pé de desigualdade. Não conseguem ver que o irmão gêmeo da competição é o monopólio, e que não haverá lugar para muitos nesse pódio de "centros de excelência". A educação pública está sobre uma estaca e eles pretendem chutá-la para ver cair!

Nesse mesmo projeto nem mesmo a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consegue amenizar o dano, pois não só o decreto não dá nenhuma garantia além de sua breve fraseologia oportunista, como com os 10% dos recursos de custeio cortados no bojo dos cortes da educação – que atingem a assistência estudantil –, fica inviabilizado qualquer programa de caráter nacional.

Dilma aprofunda os contratos temporários nas IFES

A última medida do Governo Dilma foi a Medida Provisória n° 525, que altera a lei 8.745/93 que trata da "contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". A MP 525 altera questões tocantes à contratação de professores.

O cerne desta medida é ampliar as possibilidades de contratos temporários dentro das IFES. A medida não só amplia de 10% para 20% o máximo de professores substitutos em relação ao total de docentes efetivos em exercício como cria uma nova "necessidade temporária de excepcional interesse público": trata-se de um contrato idêntico ao de professores substitutos, mas que não se enquadra dentro dos 20% estipulados, ganhando caráter ilimitado. A nova "necessidade temporária de excepcional interesse público" compreende a "admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino" (art 2, inciso X).

O que está colocado por essa medida são as condições estruturais para a garantia do tripé ensino-pesquisa-extensão mediante realização plena da autonomia didático-científica. É sabido que professores



substitutos não podem fazer pesquisa nem extensão, tampouco podem orientar trabalhos de conclusão de curso. Outra contingência é a impossibilidade de ocupar cargos administrativos nas IFES devido ao contrato temporário de um ano, prorrogável por mais um. Vejamos como as coisas se desenrolam: alguns dos critérios para o envio de recursos públicos para as universidades são a "produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente" e o "número de registro e comercialização de patentes". É óbvio que as universidades que firmarão mais contratos temporários, especialmente as novas, não terão uma "produção institucionalizada de conhecimento científico", nem

patentes para registrar e comercializar. Caminhando nesse sentido, tampouco desenvolverão estes aspectos. Caminharão inevitavelmente para a constituição de "escolões de terceiro grau" que, com a abertura de possibilidade para buscar recursos próprios, terão que recorrer inclusive à mensalidade.

Acontece que o que interessa ao imperialismo, no desenvolvimento dependente do capitalismo na periferia, são "ilhas de produção científica e tecnológica" não precisando para isso o desenvolvimento das ciências básicas. O que é buscado são tecnologias de ponta de retorno rápido. É a dominação do valor-de-troca sobre o valor-de-uso e a quantificação predominando sobre a qualificação como parâmetro para o desenvolvimento do ensino superior, aspecto muito comum em qualquer processo de privatização de direitos fundamentais do povo.

Temos ainda o aspecto da impossibilidade do substituto de ocupar cargos administrativos nas IFES. O contrato temporário também incentiva à monopolização do poder nas mãos de poucos professores nas instituições, dificultando a democratização das universidades a partir de dentro.

As Fundações seguem ganhando

Florestan captou a essência do que significa a relação da universidade pública com as fundações privadas. Após vários anos envolvidas em escândalos, alguns de repercussão nacional, os setores interessados em defender interesses particularistas e egoístas nas universidades passaram a se preocupar com a ameaça e o clima de desconfiança em relação ao monopólio de poder concentrado nestas instituições. Com esse diagnóstico, iniciaram uma investida sem precedentes no sentido de legalizar e legitimar o funcionamento das fundações, com argumentos puramente ideológicos de que as

Na verdade, as fundações é que impedem, na prática, que as universidades tenham autonomia

fundações dão “eficiência”, “desburocratizam”, de que “sem elas as universidades não funcionam”, e outros mais brandos – mas não menos conservadores – de que elas são um “mal necessário”, ou de que “são necessárias enquanto não houver autonomia plena”.

Na verdade, as fundações é que impedem, na prática, que as universidades tenham autonomia: elas existiam muito antes de o Poder Constituinte de 1988 determinar que as universidades gozavam de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (art 207) e já agiam em função do mercado. Isso compromete completamente a liberdade acadêmica, tornando as fundações um empecilho para o desenvolvimento de um conhecimento crítico e criador. Elas também estão em completa consonância com as propostas de dotar a universidade de autonomia financeira (e não de gestão financeira), pois paralelo ao corte de verbas, passa a permitir a injeção de capital privado (inclusive internacional) que, por sua vez, direciona toda a produção científica e tecnológica segundo a lógica empresarial do lucro.

O decreto 7.423, aprovado no último dia do mandato de Lula é enfático nesse sentido: “Deve haver incorporação, à conta de *recursos próprios* da instituição apoiada, de parcela dos *ganhos econômicos decorrentes dos projetos*” (art 6, §13). Com a atual situação de austeridade econômica, a abertura desta possibilidade irá rapidamente criar uma situação de aprofundamento da dependência das instituições federais ao capital privado, firmando a hegemonia dos interesses anti-populares e anti-nacionais. Mas o decreto vai mais longe. Com a justificativa de “apoiar” as instituições federais, a lei diz que “poderão ser admitidos projetos com participação de pessoas vinculadas à instituição apoiada em proporção inferior a um terço”, sendo

“objetivam fazer da universidade uma fronteira da livre empresa, sem encargos nem riscos equivalentes da iniciativa privada. No fundo, ocorreria uma dupla privatização do público, na esfera do controle pessoal e na da pesquisa científica ou tecnológica, sem qualquer compensação para o setor público e sem qualquer espécie de reciprocidade.”

(Florestan Fernandes)

que “para o cálculo da proporção referida (...) não se incluem os participantes externos vinculados a empresa contratada” (art 6, § 5 e 6). As empresas passam a gozar livremente dos espaços da universidade com a finalidade de “apoiar” as instituições através das fundações privadas, enquanto a participação de pessoas vinculadas a instituição pode ser inferior a um terço do total (sem uma proporção mínima). Quem apóia quem mesmo?

E quais as “condições mais propícias” para “relações com o ambiente externo” que diz o decreto? Ou melhor, “mais propícias” para que(m)? Que “ambiente externo”? O Estado, sendo um Estado de classe que mantém sua hegemonia com aparente “neutralidade”, auto-justificada por excelência em nome da lei, não precisa dizer o que lhe é implícito: que as *condições mais propícias são para o lucro* nas relações com a *iniciativa privada*. Será esse o destino final da universidade pública?



Sobre a situação do curso de pedagogia da UFSC

No dia 31 de março de 2011, os e as estudantes de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) fizeram uma Assembléia do curso, reivindicando e exigindo posicionamentos claros tanto da direção do CED quanto da Reitoria. As exigências feitas pelos (as) estudantes para estas duas instâncias de gerenciamento foram:

“-Reabertura do xerox com serviço de qualidade e sem aumento de custo para o estudante;

- Cumprimento do projeto “Política de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFSC”, no que se refere a seção 2.4 : “devem se adquiridos todos os títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção de 1 (um) exemplar para até 8 (oito) alunos (conforme recomendação do MEC);

- Salas de aula com espaço adequado, entendendo-se que para isso são necessários: equipamentos multimídia com condições mínimas para sua utilização, tais como retro projetor e televisão. Iluminação adequada, limpeza regular, número de estudantes condizente ao tamanho da sala;

- Banheiros com condição mínima de uso e com limpeza e reposição de materiais higiênicos nos três turnos do dia;

- Contratação de novos servidores



responsáveis pela manutenção do centro;

- Conclusão e entrega do prédio novo;

- Contratação de professores efetivos;

- Construção de uma proposta paritária para a reposição das aulas perdidas.

Tendo isso exposto, nós estudantes da pedagogia reunidos em assembleia, aprovamos essa carta e exigimos o cumprimento das reivindicações. Para tanto, nos colocamos abertos ao diálogo para solucionar os problemas”.(31 de março de 2011, Carta construída em assembleia pelos estudantes do curso de Pedagogia).

Entende-se que nas relações institucionais os problemas e as possíveis soluções devem ser no mínimo enfrentadas a dois. Tanto o CED quanto a Reitoria tem obrigações para que as estruturas e o bom desenvolvimento destas possam cumprir sua função social: deve estar ao serviço dos estudantes e servidores da Universidade pública.



Diante da universidade mercantilizada, a luta por uma UNIVERSIDADE POPULAR!

Infelizmente, a UFSC é um bom (ou mau) exemplo de como a universidade está subordinada aos interesses do mercado. No dia 31 de Março veiculou-se no site da UFSC que a Engenharia de Mobilidade de Joinville estaria projetando um carro de fórmula 1. Afinal, um curso de Engenharia de Mobilidade de uma universidade federal não deveria se preocupar com a crise da mobilidade urbana, o caos das cidades, o aumento da tarifa anual, a resposta das mobilizações? Será que isso não é prioridade para a Universidade Pública? É aí que aparece na prática a disputa em que está inserida a universidade: por um lado o povo quer solucionar seus problemas de mobilidade urbana e quer ter direito à cidade, temas para os quais a universidade poderia direcionar sua produção científica, por outro lado, há aqueles que acham que ela deve produzir carros de fórmula 1. A inconsistência desses últimos é tanta que, após afirmar que “a intenção é usar só tecnologia nacional”, diz-se que o projeto já “conseguiu o patrocínio de uma empresa de sede americana, a Solid Works, que desenvolveu o software usado para projetar o protótipo”. Está aí um belo exemplo de uma universidade, a UFSC, que está longe de ser uma Universidade Popular.

Por esses e tantos exemplos, achamos que os movimentos devem resgatar a discussão e a luta por uma universidade popular, que esteve enraizada a nível nacional durante muitos anos.

Do ponto de vista do capital, não existe forma de continuar a sua reprodução ampliada, se não subordinar a produção de ciência e tecnologia à lógica da apropriação privada, ou seja, para garantir os lucros dos monopólios nacionais e estrangeiros a universidade necessita estar constantemente criando novas tecnologias para criar novos ramos de produção e expandir os existentes, além de formar força de trabalho especializada do exato tamanho das necessidades das empresas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista popular, hoje é inconcebível realizar as mudanças necessárias para a sociedade brasileira sem que esteja se pensando e criando simultaneamente ciência e tecnologia para a sua realização. Por exemplo, é impossível produzir alimentos saudáveis para a soberania alimentar de nosso país se não tivermos profissionais para isso, que estejam vinculados à luta anti-latifundiária e pela realização da reforma agrária; é fundamental também acabar com o analfabetismo para que o povo tenha cada vez mais autonomia cultural; deve-se pensar em projetos de reforma urbana que combatam a especulação imobiliária e solucionem os problemas de moradia e de mobilidade; no âmbito das ciências jurídicas, na formação de profissionais que defendam

os movimentos populares; pela soberania tecnológica e energética do país, começando pelos setores estratégicos; para solidariedade internacional com povos em dificuldades, que hoje dependem de ajuda humanitária. Isso apenas para citar alguns exemplos.

A Universidade Popular deve ser uma universidade democrática, onde “de baixo para cima” seja possível ditar os ritmos e os rumos da sua construção, com voto universal para os cargos dirigentes e paridade nos órgãos deliberativos. Hoje, infelizmente, a voz dos estudantes e dos técnico-administrativos tem pouco espaço na maior parte dos casos, enquanto os professores detêm 70% ou mais do poder decisório.

A questão é que a universidade está em um fogo cruzado, uma disputa que faz com que a luta por uma universidade popular seja uma necessidade histórica. O controle soberano, democrático e popular sob a produção da ciência e da tecnologia é imprescindível para a construção de um projeto societário alternativo, por possibilitar nossa autonomia enquanto nação e o controle social dos meios de produção. Por isso desde já, é fundamental trabalhar para se criar uma consciência social crítica dentro e fora da universidade e pôr nosso “radicalismo intelectual” na disputa real do conhecimento produzido nas instituições educacionais. Sabemos que muitos já o fazem, ainda que de maneira dispersa, mas que organizados em um movimento nacional que tenha isso como horizonte, ganhará uma expressão maior capaz de criar um bloco de forças populares de luta pela universidade.

Por tudo isso, Universidade Popular não pode ser compreendida e reivindicada como rótulo ou marca. A questão é desvendar o conteúdo que está por trás desse termo. Compreendemos que Universidade Popular enquanto palavra de luta é fundamental por resumir o sentido geral dessa luta e quem é responsável por ela, quer dizer, *o povo* como o elemento central dessa construção. Ou seja, a luta pela universidade popular, além de conter em si um programa avançado de luta para aglutinar e contribuir à reorganização do movimento universitário, extrapola os muros da universidade e instiga o povo a lutar por ela.

Então, ao mesmo tempo em que se trata de um *projeto global*, que visa atuar sobre as causas da educação mercantilizada, a Universidade Popular é um projeto *em aberto* e *dinâmico*. Por isso, partindo de certos princípios, ele deve se amparar na força política dos movimentos organizados e ligar as tarefas imediatas e a luta cotidiana com essa estratégia. Se trata de um projeto que deverá ser construído *conscientemente*.



E por fim...
uma poesia...

A injustiça passei a pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".

Elogio da Dialética



MUP
MOVIMENTO POR UMA
UNIVERSIDADE
POPULAR

Bertolt Brecht